

OUTUBRO

1984

IJS
00551

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

O IJSN HOJE

DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO

(VERSÃO PRELIMINAR)

não
circula

551

350
I59i
7171/85

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0554

350

2 59 i

2191/85

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

O IJSN HOJE

DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO

(VERSÃO PRELIMINAR)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O IJSN HOJE

DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO
(VERSÃO PRELIMINAR)

OUTUBRO/1984

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IJSN

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Fernando Lima Sanchotenz - Coordenação

Djalma Vazzoler

Terezinha Maria Côgo Lodi

EQUIPE DE APOIO

DATILOGRAFIA

Maria Osório Bernardo Pires

Emi de Fátima Dexan Lima

REPRODUÇÃO

José Martins

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves é um órgão de assistência sócio-econômica do Poder Executivo do Espírito Santo. Criado pela Lei nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, passou a produzir e a sistematizar informações destinadas ao entendimento da realidade capixaba.

Integrante do Sistema Estadual de Planejamento, é encarregado da intervenção e da preparação da política de desenvolvimento, utilizando, como ferramentas, os planejamentos urbano e regional. Mantém vínculo com a Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN), sob regime jurídico de Autarquia, tendo como atividades básicas a elaboração de estudos urbanos, regionais, pesquisas básicas e técnicas.

Inicialmente, o Instituto Jones dos Santos Neves constituiu-se em Centro de Estudos Aplicados, coletando e processando informações, dentro de um saber científico, com vistas à formulação de propostas de intervenção do Estado na Sociedade Civil. Com o tempo, passou, ele mesmo, a realizar intervenções na realidade, gerenciando ações destinadas à transformação dessa mesma realidade, onde está inserido.

A par desses aspectos, que muito bem explicam sua operacionalidade, outros, mais subjacentes, justificam porque o Governo criou e mantém um órgão dessa natureza, dentro do processo de interação do Estado com a sociedade espiritosantense.

É justamente esse o caráter que motiva a elaboração do presente documento. Pretende-se mostrar o que é o Instituto Jones hoje, quais as suas principais atividades e vinculações à própria existência do Estado hoje. Afinal, são esses elementos que explicam a própria modernização dos organismos estatais, bem como as mudanças que foram introduzidas no ritmo e na forma de intervenção do Estado com a sociedade espiritosantense.

Posteriormente, o documento apresenta um breve resumo das atividades em curso, voltadas para a interpretação das manifestações da realidade, notadamente aquelas ligadas aos problemas urbanos e regionais deste Estado.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	7
2. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, RELAÇÕES DE ESTADO E FUN ÇÕES INSTITUCIONAIS	10
3. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
ESTUDOS REGIONAIS	19
PLANEJAMENTO URBANO	24
GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANÍSTICOS	25
PROGRAMA CPM/AUV	35
AGLURB	55
APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	65
ATIVIDADES DE APOIO	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

O Instituto Jones dos Santos Neves completa 09 anos de existência. Produzindo planos, programas e projetos, vem procurando consolidar um processo de planejamento capaz de oferecer, à ação governamental, um instrumental necessário à tomada de decisões, tendo em vista intervenções do Estado na sociedade civil, calcada em conhecimento mais acurado da realidade capixaba.

Desde sua criação, como Fundação, o urbano tem se constituído em objeto de estudo, relacionando-o diretamente ao processo de desenvolvimento capixaba, mediante a multiplicidade de efeitos gerados no espaço físico-geográfico. Os estudos dos diversos subsistemas que compõem o urbano - transportes, habitação, lazer, emprego e renda, e outros - permitem equacionar soluções para as partes de seu todo metabólico, contribuindo para eliminar os estrangulamentos e melhorar seu desempenho funcional.

Os fenômenos urbanos, vistos num todo e refletindo especificidades da relação campo-cidade, faz com que os estudos tenham uma abrangência maior do que a cidade, propriamente dita, estendendo-se ao contexto regional. Os estudos empreendidos visam o incentivo às potencialidades regionais, à diminuição das disparidades existentes nas regiões programas, a fixação do homem no meio rural, a promoção e ordenação de programas de desenvolvimento urbano, voltados a estruturação do espaço físico, compatibilizados com as condições sócio-econômicas locais e regionais.

Contudo, tais atividades, longe de assumir um processo linear, constituem um procedimento lógico, tendo o homem como sujeito e também como objeto de ações planejadas. Planos, programas ou projetos são apenas ferramentas. Sua operacionalização depende, portanto, da situação político-social a qual se insere. Sua existência deve confundir-se com a própria prática na consecução de objetivos sociais. Portanto, é um equívoco dar ao planejamento ou seus instrumentos *responsabilidades*, se não aquelas de oferecer suporte às decisões, enquanto atos políticos.

Muito tem se questionado sobre a validade de existência de órgãos de planejamento, aferindo análise em cima da relação entre estudos implantados e estudos não viabilizados. Entretanto, há que se ressaltar não ser tão simples a relação entre causa e efeito. Aspectos mais subjacentes explicam as razões porque o Estado mantém instituições produzindo o saber-ciência, ainda que esse saber não seja transformado em ação direta. Todo o conteúdo ideológico do Estado é emanado exatamente desse saber-ciência.

Isso vale dizer que a própria legitimação do Estado, junto a sociedade civil, depende, significativamente, do processamento desse saber-ciência. Por isso mesmo que se reservou o próximo capítulo, do presente documento, para explicar, academicamente, a relação entre a geração de conhecimentos e a formalização dos conteúdos ideológicos de Estado.

Em seguida, o documento trata de atividades que mantêm uma relação direta entre a teoria e a prática, dentro de um cunho de maior pragmatismo, visando assentar a base onde esses projetos se assentam na realidade.

A natureza intrínseca do Instituto Jones dos Santos Neves, como Centro de Estudos Aplicados, revela certas especificidades capazes de diferir do comportamento usual de procedimentos, no que se refere à avaliação de resultados alcançados.

Inicialmente, um órgão de pesquisa e planejamento, caracterizadamente de atividades meio, em processo na estrutura de Estado, e, gradativamente, assumindo, também, um papel de interventor na realidade. A maior demanda de estudos e projetos de intervenção está voltada à região da Grande Vitória, considerada pela Lei nº 3.176, de 08 de dezembro de 1977, como de desenvolvimento prioritário. Desenvolve, atualmente, estudos nas áreas de transportes coletivos urbanos, emprego e renda do setor informal, habitação, legislação de uso e ocupação do solo, além de estudos populacionais e outros.

No tocante aos estudos regionais, destaca-se o Programa de Elaboração de Planos Regionais do Espírito Santo. Dentre esses, desenvolve o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado, além de atividades ligadas ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos - PROCECOR/FUNDEC.

As informações contidas no presente documento permitem, pois, formar um juízo acerca das atividades em curso, a partir desses eixos de balizamento. Mas a intenção maior será a de oferecer maiores subsídios para reavaliação dos conceitos a respeito do Instituto, como um órgão de planejamento. Isso permitirá uma adequação entre os resultados alcançados e os resultados almejados.

2. TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECÔNOMICAS, RELAÇÕES DE ESTADO E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Nas últimas décadas, substanciais modificações ocorreram na dinâmica sócio-econômica e físico-espacial do Espírito Santo. De uma base econômica, sustentada pela monocultura cafeeira, a substituição por grandes extensões de pastagens e a estagnação do setor primário.

Transformações na estrutura fundiária agrícola trouxeram, como consequência, reflexos na dinâmica populacional. Uma interação de forças, tanto de expulsão de contingentes populacionais das áreas rurais, como de atração, para a região de Vitória, conformam novas formas de relações sociais.

A crise econômica do início dos anos 60 e a crítica situação do mercado internacional do café se refletem de forma ampla sobre o Estado. O afloramento das dificuldades econômicas trouxe à tona a fragilidade da economia capixaba, até então calcada na monocultura.

Em razão disso, intensifica-se a ação do Estado, junto ao sistema produtivo, com vistas à adoção de uma nova política econômica. Cria-se um complexo aparato de incentivos fiscais à industrialização, enquanto a ênfase da política econômica se desloca para o setor secundário. O processo de desenvolvimento industrial desencadeado implica no estreitamento das relações econômicas do Espírito Santo com o resto do Brasil. E o Estado se incorpora efetivamente à dinâmica econômica brasileira, a partir de um grande volume de investimentos estatais e multinacionais que se destinam à implantação de projetos industriais e à implantação do complexo portuário.

À medida em que se modifica a dinâmica das relações de produção, mais complexas se tornam as funções de Estado, tendo esse que criar novos mecanismos para acompanhar as transformações em curso, notadamente pela

criação e consolidação de novos aparelhos. Dentre esses, destacam-se aqueles destinados a instrumentalizar suas intervenções, com base na geração de conhecimentos e na sua adequação às estratégias de ação governamental.

Tais aspectos constituem reflexos diretos no grau de interação que passa a reger as relações do Estado espiritosantense com a sociedade capixaba. Mais precisamente aquelas resultantes da dinâmica que se estabelece entre as relações sócio-econômicas mantidas entre indivíduos, classes sociais, organizações e instituições governamentais.

Nas últimas quatro décadas, se o ritmo das transformações desenvolvimentistas tem se acentuado, deve-se esse ao peso crescente que o Estado capixaba vem exercendo sobre a vida econômica e social espiritosantense. Cabe ao Estado, enquanto instância de poder político-institucional, o papel de configurar o espaço social, através de leis, normas e padrões.

Tais aspectos objetivam rearticular o processo produtivo, visando não só encontrar novas formas de reprodução da força de trabalho, como, também, operacionalizar mecanismos capazes de melhorar o desempenho do setor econômico. Para tanto, assume o Estado a tarefa de organizar e implementar o aporte financeiro necessário à reprodução de investimentos econômicos do setor produtivo. Compatibiliza, assim, não só os aspectos econômicos implícitos, como, também, aqueles pertencentes ao domínio político e, mais precisamente, aos ligados à própria política do Estado.

Isso leva a crer que a extensão atual do setor público e das funções de Estado não correspondem apenas às necessidades econômicas, mas trata-se de um fenômeno essencialmente político. Esses aspectos regulam o alcance econômico do conjunto de atividades do Estado, inclusive as disciplinas de normalização e explicação de suas transformações. Assim, os limites de intervenção do Estado estão definidos na própria estruturação de suas instituições.

Hã, nesse sentido, certos postulados acadêmicos que muito bem explicam o grau de formalização das políticas públicas e de suas vinculações às instituições governamentais. Com efeito, a fixação de políticas públicas tem se apoiado numa prática científica, calcada em instituições destinadas à produção do conhecimento, por meio da formação de equipes profissionais especializadas.

Esses profissionais, portadores do saber-ciência, operam com vistas à configuração das estratégias de ação, permitindo ao Estado sua legitimação junto a sociedade civil. Vale dizer que a relação, mantida entre o Estado e o trabalho intelectual, enquanto saber-poder, não tem se dado de forma *quixotesca*, mas tem se constituído em elemento essencial à sua existência e funcionamento. Constitui essa relação o primeiro passo para estabelecer a relação do Estado com as classes sociais.

Hã um entrelaçamento entre os conteúdos político e econômico, que vem a determinar as formas de inserção decisiva do Estado na economia. Vale dizer que a dinâmica econômica tem se conduzido de acordo com modificações dos espaços do Estado, bem como do processo produtivo onde se insere. Pode-se dizer que o grau e a forma de inserção de setores econômicos e de reprodução do trabalho no Estado são determinantes para a expansão e modificação da própria estrutura do Estado. Isso quer dizer que o conjunto de funções do Estado, sejam elas repressivas, ideológicas e outras, não está desvinculado do papel econômico a ser exercido por esse.

Vale dizer que as principais disposições do Estado se fazem pela forma em que se organiza o espaço político-social, em função de seu papel econômico. Além de medidas ideológico-repressivas do Estado, para sua ação à normalização disciplinar, são necessárias a estruturação do espaço e do tempo, o estabelecimento de novos processos de produção, além da produção da própria ciência. Tudo isso ocasiona consideráveis transformações institucionais que afetam o conjunto das instituições estatais, que tem por fio condutor seu atual papel econômico.

Explica-se, assim, a gradativa especialização das instituições, notadamente aquelas ligadas à produção do saber, passando essas a adotar estruturas organizacionais específicas, ainda que, formalmente, não venham elas a assumir atribuições econômicas explícitas.

Tais atribuições adquirem lógica própria, muitas vezes assumindo uma aparente contradição com a política geral de Estado, uma vez que são essas indicadoras da própria dinâmica do Estado, já que desempenham um papel orgânico, em relação ao modo de produção, de forma a permitir permanentes ajustes às transformações ocorridas no seio da sociedade civil.

Dentro desses propósitos foi institucionalizada a Fundação Jones dos Santos Neves, pela Lei Estadual nº 3.043, de 31 de dezembro de 1975, dispositivo legal que formalizava uma reforma administrativa e propunha-se a modernizar a estrutura estadual, com vistas a adequar às transformações introjetadas na realidade estadual. Com a edição do Decreto nº 1.459-N, de 27 de outubro de 1980, foi transformada em autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, passando a denominar-se Instituto Jones dos Santos Neves, vinculando-se à Coordenação Estadual de Planejamento.

Durante a primeira fase de existência, a autarquia assumiu um papel de Centro de Estudos Aplicados, elaborando pesquisas, formulando diagnósticos, interpretando a realidade capixaba, formulando propostas de intervenção. Seus estudos conformam uma extensa contribuição às políticas estatais. Na segunda fase, introjetando, em suas ações, atribuições concernentes às instituições fins do governo.

Muitos estudos elaborados pelo Órgão, não foram implementados, formando, a primeira vista, um acervo desnecessário.

Com efeito, é de se reconhecer o fato de expressivo número de estudos não serem convertidos em linha de ação. Entretanto, é, também, de se considerar que a principal função da Instituição é, justamente, a de oferecer elementos para a fixação das políticas públicas. Paralelamente,

deve-se atentar para o fato de que o processo de planejamento possui a sua lógica própria que muitas vezes, assume funções aparentemente alienantes e desvinculadas das políticas expressas de Estado. Entretanto, através de questões mais subjacentes, verifica-se uma estreita ligação entre a geração de conhecimentos e a ideologia de Estado.

Além disso, as atividades da Instituição obedecem determinados ciclos. Num primeiro momento, a geração de informações serve para conformar a estratégia de ação governamental, de forma a permitir a legitimação do Estado junto a sociedade civil. Num segundo passo, tais ações levam a um questionamento do grau e limite de intervenção do Estado na sociedade.

Os limites de intervenção do Estado estão traçados na estruturação de suas instituições, redes e dispositivos. A seletividade da informação e das ações a empreender são resultantes de um processo de *não decisão*, que não se aplica apenas ao núcleo das relações de produção, mas prolonga-se a domínios que o ultrapassam de longe.

Explica-se, assim, as razões porque o Instituto Jones dos Santos Neves atravessa uma fase de aparente desvio de atribuições, quando, na verdade, isso representa apenas reflexos de razões bem mais subjacentes. Com efeito, pode-se dizer que ele se insere dentro de uma estrutura de Estado que condensa relações de classe e suas contradições, internamente materializadas, além de reproduzir internamente, a própria divisão de trabalho num complexo dispositivo de tomada de decisões. Um estudo que assume burocracias de acordo com especificidades e com âmbito de competência, clientelas e formas *sui generis* de percepções de seus problemas.

As principais linhas de atuação do Instituto Jones dos Santos Neves es
tão explicitadas em seus objetivos formais, quais sejam:

- Realização de pesquisas, estudos e projetos sociais, econômicos e ins
titucionais, ligados à área de planejamento;
- Promoção de estudos necessários ao conhecimento de problemas urbanos e
regionais do Estado;
- Realização de estudos sobre a realidade econômica do Estado;
- Desenvolvimento de atividades necessárias à sistematização de informa
ções para o planejamento estadual, regional e municipal;
- Identificação de fontes e captação de recursos necessários à implanta
ção dos respectivos planos;
- Desenvolvimento de atividades necessárias à concessão de certificados
de anuência prévia de parcelamento do solo para fins urbanos, defini
dos no artigo 45 da Lei Estadual nº 3.384/80;
- Assessoramento aos municípios na formulação de diretrizes e propostas
de planejamento urbano e regional em especial na Área da Aglomeração
da Grande Vitória, e,
- Integração intersetorial.

As atividades exercidas conformam duas grandes áreas: uma delas voltada
à geração e atualização de conhecimentos acerca da realidade capixaba
e, paralelamente, a operacionalização de atividades visando a interven
ção do Estado nessa mesma realidade. A nível regional, desenvolve estu
dos ligados ao Programa de Desenvolvimento Regional Integrado. Esses
estudos visam o levantamento das potencialidades regionais e apresenta

16

ção de alternativas visando sua implementação, com vistas a um processo de desenvolvimento mais harmônico do Espírito Santo.

Atualmente, a equipe regional conclui um levantamento da estrutura produtiva rural, um estudo dos condicionantes que interferem no sistema produtivo e um mapeamento das atividades de produção. Com base nesse conteúdo, é possível a definição de ações a curto e médio prazos e de sua vinculação às estratégias a longo prazo. Paralelamente, amplia as discussões junto a outros órgãos da administração pública, junto aos representantes da comunidade, bem como alimentar as decisões em torno das intervenções a serem levadas a efeito.

No tocante às atividades de planejamento urbano, o Instituto Jones dos Santos Neves mantém o Grupo de Estudos Urbanísticos - GEU, destinado a desenvolver estudos na área de legislação urbanística, de parcelamento e uso do solo. Tais estudos inserem-se na estratégia de melhor ordenar as tendências espontâneas de expansão das malhas urbanas dos diferentes municípios do Estado. Operacionalização das ações através de exame dos novos projetos de parcelamento do solo, visando anuência prévia do Estado, de conformidade com a Lei nº 3.384/80. Mantém, ainda, o GAPEC - Grupo de Apoio às Prefeituras para Elaboração de Cadastros. Essa equipe presta assessoria direta às Prefeituras Municipais, visando a formulação e implantação de Cadastros, destinados a subsidiar os Executivos Municipais na atualização de informações, aumento da arrecadação tributária e definição das políticas municipais.

A Região da Grande Vitória, que assume características pré-metropolitanas, é considerada de Desenvolvimento prioritário pela Lei nº 3.176, de 08 de dezembro de 1977. Por isso mesmo que recebe o maior volume de estudos elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Atualmente, o GEU - Grupo de Estudos Urbanísticos - vem desenvolvendo estudos de Planos Diretores Urbanos para os Municípios que conformam a Aglomeração Urbana de Vitória. O Instituto gerencia as atividades do Projeto Especial Cidades de Porte Médio, em Vitória. Esse Programa é resultante de estudos anteriores, levados a efeito pelo Instituto, visando interven

ções em áreas de baixa renda. Trata-se da primeira iniciativa, no Estado, de intervir, de forma integrada, em quatro grandes áreas, onde estão instaladas populações de baixa renda da Grande Vitória. Sua operacionalização passou a implicar na geração não só de um efeito multiplicador, junto as populações beneficiárias, como, também, avaliar ações de planejamento não calcados em modelos importados, mas sim, na formalização de alternativas de acordo com as especificidades locais.

O desdobramento das ações envolve a realização de 63 obras de infraestrutura, a criação de condições gerenciais para administração pública dos recursos aplicáveis, a formulação de estudos para diagnosticar a realidade objeto de estudo e a dotação das condições básicas para geração de emprego e melhoria da renda familiar.

Entre os componentes destacam-se aqueles voltados às áreas setoriais, notadamente o TRANSCOL - Plano de Transportes Coletivos da Grande Vitória. O estudo deverá apresentar uma reformulação do sistema de transportes coletivos nos aspectos de melhorias tarifária, horária, operacional e gerencial. Nesse sentido, após a realização dos estudos básicos, deverá implementar, através do Programa AGLURB, obras no valor de US\$ 8 milhões, gerenciadas pela EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e aplicadas dentro do Programa Cidades de Porte Médio. Outro estudo de destaque é o de Pesquisa e Treinamento do Setor Informal. Envolvendo estudos preliminares, visando um melhor conhecimento das atividades ligadas ao chamado setor informal da economia, o Componente mantém atividades de treinamento de trabalhadores, atividades cooperativistas e intermediação de produtos.

Recentemente concluiu estudos para a Bacia do Rio Aribiri, possibilitando, assim, um balizamento das intervenções governamentais na região da aquela bacia, densamente ocupada por populações marginalizadas das condições mínimas de vida, bem como sobre agentes que provocam desequilíbrios ecológicos naquela região. Dentro dos mesmos aspectos, desenvolve estudos visando a fixação de uma Política de Desenvolvimento para o Município de Cariacica. Por abrigar expressivos contingentes de baixa renda,

não deter atividades econômicas capazes de possibilitar melhor qualidade de vida a esses contingentes, cabe a definição de ações, visando ampliar a renda familiar das populações carentes do município.

Na área da Grande Vitória, constituiu, recentemente, o Núcleo de Estudos e Pesquisas, objetivando a obtenção de uma matriz de informações acerca da distribuição da renda e de padrões de consumo na Grande Vitória. Paralelamente, o Núcleo busca obter elementos necessários para o cálculo da evolução dos Índices do custo de vida da Grande Vitória. Em linhas gerais, são essas as principais linhas de atuação do Órgão.

Visando oferecer um detalhamento das informações, será feito, a seguir, uma apresentação das atividades em curso, bem como, sucintamente, um breve relato sobre seus objetivos, desenvolvimento atual e produtos.

ESTUDOS REGIONAIS

Os Estudos Regionais são realizados pelo Grupo de Plano de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI - e pelo Fundo de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de Infra-Estruturas Rurais - PRODECOR/FUNDEC. O PDRI surgiu da necessidade de se concretizar a interiorização do desenvolvimento, a fim de atenuar os desequilíbrios regionais. Já o FUNDEC/PRODECOR teve início em abril de 1983, com a experiência piloto de Venda Nova, no município de Conceição do Castelo (onde serão aplicados recursos do FUNDEC), passando a ser integrado pela equipe do IJSN a partir de julho do mesmo ano, com atribuição de elaborar as propostas para realização de obras e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico daquelas comunidades.

PROJETO CE.3: PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO (PDRI)

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interiorizar o desenvolvimento. 	<p>META I:</p> <p>Relatórios Municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios municipais de todos os municípios do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios preliminares da Região-Programa 1 - Vitória, abrangendo 14 municípios: Vitória, Alfredo Chaves, Anchieta, Domingos Martins, Guarapari, Fundão, Ibiracuru, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Piúma, Serra, Cariacica, Viana e Afonso Cláudio.
<p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as regiões de menor dinamismo econômico. - Identificar os movimentos de população em função das transferências recentes da agricultura. - Identificar as principais necessidades de infra-estrutura de apoio aos estrangulamentos do processo de produção e da hierarquização da rede urbana. 	<p>META II:</p> <p>Relatórios Preliminares das Regiões-Programa</p> <p>META III:</p> <p>Propostas de Regionalização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios preliminares das seguintes Regiões-Programa: <ul style="list-style-type: none"> . Região-Programa 5: Cachoeiro de Itapemirim. . Região-Programa 2: Colatina. . Região-Programa 3: Nova Venécia. . Região-Programa 4: Linhares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tal meta será realizada de pois de dezembro.

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM ANDAMENTO
<p>OBJETIVO GERAL DO FUNDEC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Financiar obras e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades rurais carentes, que tenham de 500 até 5.000 habitantes, com recursos originários do lucro líquido obtido pelo Banco do Brasil. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Venda Nova - CDCVN. 2. Elaboração de Projetos. 3. Sistematização da experiência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi criado o CDCVN e com ele listadas as prioridades de cada comunidade. - Elaboração de, aproximadamente, 80 projetos contendo 17 capelas, 3 associações, 2 sindicatos, 2 instituições educativas e 1 hospital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e discussão dos projetos incluídos na segunda etapa de execução.
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projetos de construção, ampliação e reforma de escola, postos de saúde, centros comunitários, lavanderias coletivas, barragens, estradas vicinas e instalação de energia, água e esgoto em Venda Nova, Município de Conceição do Castelo, bem como aquisição de máquinas e equipamentos de uso comunitário para as comunidades locais. 		<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do IJSN, COPLAN e UAS/AUV e técnicos da CESAN, TELEST S.A., EMATER, DER, SEDU, DEO/SEIT, SESA, SEAG, à comunidade, na definição física, no orçamento e na redação preliminar das propostas. - Realização de um seminário com participação das comunidades envolvidas, técnicos, representantes do Estado, município e Banco do Brasil, definindo as prioridades, fontes de recursos, operacionalização, programação financeira e estabelecendo o cronograma plurianual de investimentos, visando corrigir e complementar os projetos. 	

Continuação
PRODECOR/FUNDEC

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM ANDAMENTO
-----------	--------------	--------------------------	-------------------------

- Elaboração de relatórios divididos em 3 volumes apresentando a experiência piloto do Programa de Apoio às Comunidades Rurais.

PLANEJAMENTO URBANO

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANÍSTICOS

O Grupo de Estudos Urbanísticos, criado em fevereiro de 1984, visa integrar esforços no sentido de coordenar e desenvolver estudos urbanísticos, sobretudo na área de ocupação e uso do solo, bem como os respectivos instrumentos legais, realizar a análise de projetos de parcelamento do solo, em cumprimento às disposições da Lei nº 3.384/80 e desenvolver estudos para subsidiar a política urbana nos âmbitos regional e estadual.

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Propiciar melhor convívio social da população tanto a nível de moradia, como de cidade. - Propugnar por uma cidade que contemple a estrutura preconizada para a aglomeração urbana da Grande Vitória, o crescimento demográfico e as funções regionais do município. - Preservar as áreas e equipamentos de valor histórico, paisagístico e natural. - Distribuir a densidade demográfica na área preconizada, de forma a proporcionar maior economia na distribuição dos serviços públicos à comunidade. - Ordenar o crescimento urbano do município através da introdução de normas para ocupação e uso do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Diretor Urbano de Vitória. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de minuta do Projeto de Lei. - Realização de debate sobre a minuta envolvendo órgãos e entidades: Prefeitura Municipal de Vitória, IJSN, SINDICON, FINDES, IAB, dando origem ao novo texto do Projeto de Lei. - Apresentação do Projeto de Lei ao Prefeito de Vitória. - Apresentação do Projeto à Câmara Municipal de Vitória. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo concluído. - Projeto aprovado pela Câmara Municipal de Vitória - Lei nº 3.158/84.
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as potencialidades de crescimento urbano local e de seus reflexos na aglomeração urbana da Grande Vitória, apresentando proposições e/ou medidas que possibilitem o crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Diretor de Vila Velha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos básicos. - Definição de Instrumentos Jurídicos. - Lei do Perímetro Urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Código de Edificações. - Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Continuação

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES LÍQUIDAS DESENVOLVIDAS
<p>mento ordenado, evitando assim os possíveis e/ou previsíveis pontos de estrangulamento e de gastos públicos elevados e outros problemas inerentes ao processo de urbanização não planejado.</p> <p>- Dotar a municipalidade de instrumentos capazes de aumentar sua arrecadação e conhecer melhor as modificações urbanísticas ocorridas.</p> <p>- Levantar a situação quanto ao pagamento do Imposto Sobre Serviços de quaisquer natureza - ISS.</p>	<p>- Cadastro</p>	<p>- Lei do Parcelamento do Solo. - Projeto de Resíduos Sólidos. - Lei do Meio Ambiente. - Código de Posturas.</p> <p>- Reformulação Administrativa. - Reformulação Tributária. - Cadastro IPTU e ISS.</p>	
<p>- Dotar o município de legislação básica de controle da ocupação e execução urbana.</p>	<p>- Município de Viana</p>	<p>- Lei do Perímetro Urbano.</p>	<p>- Projeto de Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos</p>

continua

Continuação

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Regulamentar, no Espírito Santo, os dispositivos federais que disciplinam o parcelamento do solo, adaptando à nossa realidade a Lei Federal nº 6.676 que visa disciplinar os processos de parcelamento do solo nas áreas de interesse especial, a nível estadual, objetivando a diminuição dos gastos públicos e a ordenação da expansão urbana.</p>	<p>- Lei Federal nº 6.676.</p>	<p>- Projeto de Lei que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos para Aglomeração Urbana da Grande Vitória, nos distritos litorâneos e junto às lagoas, aprovado pela Assembleia Legislativa como Lei nº 3.384/80.</p>	
<p>- Adequar os novos parcelamentos do solo para fins urbanos, situados na Aglomeração Urbana da Grande Vitória nas áreas de interesse especial (distritos litorâneos) e junto às lagoas, disciplinando e ordenando o processo de crescimento urbano de acordo com as diretrizes preconizadas, visando diminuir os gastos públicos em obras de infraestrutura e super-estrutura.</p>	<p>- Aplicação da Lei nº 3.384/80 e Decreto nº 1.519.</p>	<p>-</p>	<p>- Exame e anuência prévia à aprovação municipal dos projetos de parcelamento do solo urbano localizados na Aglomeração de Vitória, e na área de interesse especial (distritos litorâneos). Por força da Lei Federal nº 6.676 e da Lei Estadual nº 3.384/80, todos os projetos de parcelamento do solo para fins urbanos nas hipóteses configuradas nas leis acima citadas devem ser analisados pelo IJSN, sob o ponto de vista técnico e jurídico.</p>

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- São os previstos na Lei nº 3176 de 08/12/77 - em seu Art. 4º, itens I a VI, a saber:</p> <p>"Art. 4º - Fica instituído o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória - CODIVIT, competindo-lhe:</p> <p>I. Promover o processo de planejamento para o Desenvolvimento Integrado da Aglomeração Urbana da Grande Vitória;</p> <p>II. Apreciar e promover estudos, planos e projetos que se relacionem com o Desenvolvimento Integrado da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, bem como coordenar e acompanhar sua implantação com vistas à unificação dos serviços comuns;</p> <p>III. Coordenar os planos, programas, projetos, obras e serviços de interesse comum que se realizam na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, integrando-os segundo as diretrizes estabelecidas para a Região;</p>	<p>- CODIVIT - Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória.</p>	<p>- Institucionalização do CODIVIT e sua implantação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de minuta do Regimento Interno do CODIVIT. 2. Executou os serviços de secretaria do CODIVIT, fornecendo a infraestrutura necessária (recursos humanos e materiais). 3. Manutenção do arquivo do CODIVIT (Correspondências, Atas, etc.). 4. Promoção e coordenação dos estudos considerados prioritários pelo CODIVIT: <ol style="list-style-type: none"> I. Discussão de um Código Tributário Unificado para a Grande Vitória; II. Idem da Política Habitacional para a Grande Vitória - (PLANHAP); III. Idem TRANSCOL; 	<p>- Além dos estudos elaborados em decorrência de solicitação expressa do CODIVIT, o IJSN vem atuando na área da Grande Vitória, realizando trabalhos visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade sócio-econômica da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, de interesse comum aos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, conforme previsto no Art. 3º da Lei nº 3.176, a saber:</p> <p>"Art. 3º - Consideram-se obras e serviços de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Planejamento Integrado do desenvolvimento, econômico e social; II. Saneamento básico e ambiental, especialmente água, esgotos, lixo e controle da poluição;

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>IV. Aprovar os projetos de interesse para Desenvolvimento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória de iniciativa de qualquer dos Municípios integrantes, especialmente quando previstas a concessão de incentivos ou financiamentos de Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal ou Estadual;</p> <p>V. Apreçar na área da Administração Estadual, Direta e Indireta, matéria de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória e emitir parecer;</p> <p>VI. Provar as aplicações dos recursos do Fundo Institucional no Art. 10 desta Lei após manifestação de seu órgão técnico.</p>	<p>- CODIVIT - Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória.</p>	<p>IV. Estudos jurídicos para definição de uma estratégia global para a aplicação da legislação sobre parcelamento do solo urbano na Grande Vitória, especialmente quanto aos loteamentos clandestinos e/ou irregulares;</p> <p>V. Estudos sobre a Disposição dos Resíduos Sólidos (Lixo) na Grande Vitória.</p> <p>5. Operacionalizou a convocação e secretariou as reuniões de trabalho realizadas pelo CODIVIT a partir de 31/10/83, nos Municípios de Vitória, Cariacica, Viana e Serra.</p>	<p>III. Transportes e Sistema Viário, especialmente vias estruturais e coletores e localização de terminais de passageiros e cargas;</p> <p>IV. Regulamentação e controle do Uso do Solo e de sua intensidade de ocupação, especialmente quanto:</p> <p>a) A localização de núcleos habitacionais;</p> <p>b) A localização de indústrias;</p> <p>c) A localização de equipamentos de turismo e de lazer;</p> <p>d) A área de Urbanização Prioritária; e</p> <p>e) A áreas não Urbanizáveis</p> <p>V. Delimitação - limites Perímetro Urbano.</p>

Continuação

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none">- Dotar as municipalidades de instrumento jurídico básico de controle do uso e ocupação do solo urbano.	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de Legislação Urbanística para os Municípios do Estado.	<ul style="list-style-type: none">-	<ul style="list-style-type: none">VI. Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico;VII. Cadastramento de Bens Móveis do Palácio Anchieta (Convênio IJSN e DEC);VIII. Outras obras e serviços de interesse comum da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, a critério do CODIVIT).- Um modelo de legislação básica aplicável aos municípios do interior.- Elaboração final do Projeto de Lei do Código de Obras e Lei de Parcelamento do Solo do Município de Muniz Freire.- Discussão de metodologia e pesquisa para o trabalho de legislação urbanística a ser efetuado no Município de Guaçuí.

continua

Continuação

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
	- Assessoramento aos Municípios de questões específicas.	- Projeto de implantação do sistema viário proposto para Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina. - Aforamento municipal de Conceição do Castelo. - Numeração de lotes no Município de Jaguaré.	- Elaboração da Lei de Perímetro Urbano e Projeto de Urbanização de Dores do Rio Preto.
- Conhecer o processo de produção imobiliária e, em consequência, da cidade. - Iniciar um estudo sistemático da questão fundiária.	- Estudo da Problemática Fundiária Urbana da Grande Vitória.	-	- Elaboração do Termo de Referência.
- Rever e atualizar a proposta de ordenamento do espaço da Grande Vitória.	- Estudo do PEE - Plano de Estruturação do Espaço - GV.	-	- Elaboração do Termo de Referência.

continua

Continuação

GEU - GRUPO DE ESTUDOS URBANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Dotar os municípios e distritos litorâneos de legislação básica para aplicação da Lei nº 6.766/79 e 3.384/80.</p>	<p>- Projetos de Lei de <u>Peri</u>metro Urbano para os <u>Dis</u>tritos Litorâneos.</p>	<p>- Levantamento e diagnóstico de todas as áreas urbanas dos distritos litorâneos.</p>	<p>- Elaboração dos projetos para os municípios de: <u>Pre</u>sidente Kennedy, <u>Itapemirim</u>, <u>Pi</u>uma, <u>Anchieta</u>, <u>Fundão</u>, <u>Aracruz</u>, <u>Linhares</u>, <u>São Ma</u>teus, <u>Conceição da Barra</u>.</p>
<p>- Assessorar os órgãos promotores do SFH, as prefeituras e Órgãos Estaduais na formulação de uma política habitacional.</p>	<p>- Política Habitacional para a Grande <u>Vitória</u> e <u>al</u>gumas cidades de maior <u>por</u>te no interior do <u>Espíri</u>to Santo.</p>	<p>-</p>	<p>- Elaboração do Termo de <u>Re</u>ferência.</p>
<p>- Dotar o município de um instrumento de planejamento e de instrumentos legais para o controle do uso e ocupação do solo urbano.</p>	<p>- Plano Diretor Urbano da Serra.</p>	<p>-</p>	<p>- Elaboração do Termo de <u>Re</u>ferência.</p>

PROGRAMA CPM/AUV

Elaborado no período de 1978 a 1981, o Programa CPM, Aglomerado Urbano da Grande Vitória, constitui um elenco de propostas de intervenção das áreas de Maria Ortiz, Porto de Santana, Santa Rita e Santa Tereza. A ação institucional visa a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda, através da instalação de infra-estrutura habitacional, equipamentos urbanos e comunitários e geração de melhores oportunidades de emprego, ligadas ao setor informal, com vistas a ampliação da renda familiar de trabalhadores residentes naqueles bairros. Paralelamente, as atividades do CPM/AUV deverão estar amparadas por melhor capacitação gerencial das prefeituras, com vistas a melhor aplicação dos recursos alocados.

PROJETO A.32 - PESQUISA E TREINAMENTO NO SETOR INFORMAL

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
-----------	--------------	--------------------------	-------------------------------

GERAL:

- Incentivar as atividades produtivas do chamado Setor Informal, objetivando a melhoria do nível de vida da população através da geração de novas oportunidades de emprego e crescimento da renda nas áreas de intervenção.

ESPECÍFICOS:

- Elaborar um cadastro dinâmico das atividades informais existentes nas áreas de Santa Rita, Santa Teresa, Maria Ortiz e Porto de Santana, bem como identificar na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, a demanda de bens e serviços gerados pelo chamado setor informal, de modo a aprofundar o conhecimento sobre as suas condições de existência e suas reais potencialidades, como, também, direcionar as ações de treinamento e intermediar as ações de treinamento e intermediação de trabalho.

META I: Pesquisa de Demanda e Oferta do Setor Informal

- Continuação de estudos teóricos para subsidiar a análise dos dados da pesquisa.

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Dotar 4 centros comunitários, das áreas de Santa Rita, Porto de Santana, Maria Ortiz e Santa Tereza, de oficinas de utilização polivalente, de maneira a possibilitar a qualificação de trabalhadores e/ou a utilização das instalações através de rodízio, pelos trabalhadores do setor informal que não dispõem de instrumentos de trabalho. 	<p>META II: Construção de Oficinas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de licitação do galpão de Maria Ortiz. - Contato dos técnicos com os moradores. - Início do estudo para o projeto arquitetônico do galpão, em Santa Rita. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento na área próxima à construção do galpão de Santa Rita visando identificar as profissões consideradas do setor informal para melhor utilização do futuro galpão.
<ul style="list-style-type: none"> - Propiciar cursos de treinamento e/ou qualificação utilizando preferencialmente os recursos humanos da comunidade e as instalações dos Centros Comunitários previstos na Meta II. 	<p>META III: Treinamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento em comidas caseiras, em Santa Rita. - Curso de aperfeiçoamento em confecção de roupas em geral, em Porto de Santana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de moldagem e modelagem (cerâmica) no galpão de Porto de Santana, com 10 participantes na faixa etária de 15 a 22 anos.
<ul style="list-style-type: none"> - Promover a intermediação do trabalhador aos centros de demanda, bem como incentivar e promover a comercialização dos objetivos produzidos pelas oficinas (produtos dos cursos e/ou dos trabalhadores que utilizam os equipamentos mediante pagamento de uma taxa de utilização) visando estimular as atividades, concorrer para a geração de renda do trabalhador, bem como assegurar a manutenção das oficinas e a expansão dos serviços. 	<p>META IV: Intermediação META V: Grupos de Produção</p>	<p>-</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de Produção em Macramê, em Santa Tereza, com 8 participantes. - Grupo de comidas caseiras, em Santa Rita. - Grupo de Produção de Costureiras de P. de Santana. - Grupo de Produção de Bonecas e Brinquedos de Panô em Maria Ortiz.

Continuação

PROJETO A.32 - PESQUISA E TREINAMENTO NO SETOR INFORMAL

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
-----------	--------------	--------------------------	-------------------------------

- Venda de material produzido na promoção da Secretaria de Indústria e Comércio "Artes na Praça".
- Participação do grupo de costureiras de Porto de Santana em feiras livres de Porto de Santana e Campo Grande.

- Plano, visando suprir as escolas de Porto de Santana, com uniformes, durante as festas de setembro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ARTICULADOS
A OUTROS SUBCOMPONENTES:

- Atender os requerimentos do Subcomponente Creches quanto à identificação e a caracterização do atendimento de domicílios que vem desenvolvendo atividades típicas de creches informais.
- Atender as necessidades identificadas pelo Subcomponente Lavanderia, especialmente quanto ao cadastramento e recrutamento de lavadeiras.
- Atender às necessidades do Componente Habitação referentes a dados e informações.

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e supervisionar, a nível local, as atividades administrativas, técnicas e financeiras necessárias ao pleno desenvolvimento do Subprojeto AUV; - Assessorar a Comissão local de Coordenação - CLC, e a Comissão Executiva Local - CEL, no exercício de suas funções; - Elaborar ou promover a elaboração de planos, orçamentos, cronogramas, projetos executivos, projetos de engenharia, contratos, propostas de licitação, necessários à implantação dos Componentes e Subcomponentes; - Garantir a adequada articulação das várias entidades envolvidas no Subprojeto AUV, a nível local, para a consecução dos objetivos e metas previstas e aprovadas; - Assessorar técnica e administrativamente as Unidades Executoras; - Providenciar a remessa dos relatórios mensais, elaborados pelas Unidades Executoras, aos Órgãos Setoriais Federais correspondentes; 	<p>C.10 - Unidade de Administração do Subprojeto Aglomeração Urbana de Vitória - UAS/AUV.</p>	<p>ACOMPANHAMENTO DOS COMPONENTES DO IJSN</p> <p>A.32:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da Pesquisa no Setor Informal; - Acompanhamento de construções no Setor Informal até a conclusão das obras. <p>C.20:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do Projeto Modernização Administrativa das Prefeituras de Vitória e Cariacica até a sua conclusão. <p>C.21:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do Projeto Capacitação de Recursos Humanos das Prefeituras, até a sua conclusão. 	<p>ACOMPANHAMENTO DOS COMPONENTES DO IJSN</p> <p>A.32:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos treinamentos no Setor Informal; - Acompanhamento da intermediação no Setor Informal. <p>C.40:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da execução de obra do projeto Implantação da Política de Desenvolvimento Urbano para Cariacica.

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Enviar à SEDU/MINTER, relatórios trimestrais consolidados; - Analisar e avaliar a adequação dos instrumentos, critérios e procedimentos adotados em cada um dos componentes, desde a elaboração dos Projetos Executivos até sua operacionalização, respeitando os objetivos e metas dos anteprojetos aprovados; - Emitir parecer prévio sobre os Projetos Executivos e os procedimentos para a recuperação de custos e encaminhar à SEAG/MINTER, à COPLAN/ES e aos Órgãos Setoriais Federais para a respectiva aprovação e/ou parecer prévio; - Elaborar e implantar um esquema de supervisão, com a finalidade de analisar as informações relacionadas ao desenvolvimento de todos os componentes e subcomponentes; - Fazer o acompanhamento de execução física e financeira de cada componente e subcomponente; 		<p>B.31:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento do Projeto Executivo, Elaboração de Estudos Básicos da Bacia do Rio Aribiri, para análise pelo BNH. - Encaminhamento do Projeto Executivo, Estudo do Uso do Solo na Bacia do Rio Aribiri ao BNH para análise. - Acompanhamento do Projeto Executivo, Estabelecimento de Diretrizes e Elaboração de Anteprojeto da Bacia do Rio Aribiri ao BNH para análise. - Acompanhamento do Projeto Executivo, Implantação das Vias de Transporte Coletivo de Porto de Santana - Fase II, ao BNH para análise. - Acompanhamento do Projeto Melhoria da Estrada Jerônimo Monteiro até sua conclusão. <p>C.30:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do Projeto Implantação do Cadastro Imobiliário de Vila Velha até sua conclusão. 	<p>B.31:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da elaboração do Projeto Executivo Urbanização da Ilha de Santa Rita. <p>B.60:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da Legalização Fundiária, Lotes Urbanizados e Melhorias das Habitações de Porto de Santana, Maria Ortiz e Santa Tereza. <p>B.40:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da elaboração do Projeto Executivo, Elaboração do Plano de Transportes Coletivos Urbanos na Grande Vitória.

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none">- Elaborar ou providenciar para que sejam elaborados relatórios e/ou outros documentos que caracterizem o desenvolvimento físico e financeiro dos componentes e subcomponentes;- Emitir pareceres prévios e/ou autorizar os pedidos de liberação de recursos e prestação de contas das Unidades Executoras;- Manter atualizados os registros relacionados com o Subprojeto AUV, de maneira a identificar todas as operações efetuadas, as fontes de recursos, as despesas realizadas, os bens e serviços utilizados e os benefícios resultantes;- Movimentar as contas bancárias abertas em nome do Subprojeto AUV, zelando pela aplicação original dos recursos;- Manter controle extra-bancário das disponibilidades financeiras de cada componente e subcomponente;- Propor o sistema de funcionamento Municipal de Desenvolvimento Integrado - FMDI, bem como o esquema de controle de retorno financeiro do Subprojeto AUV;		<p>ACOMPANHAMENTO DOS COMPONENTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES</p> <p>A.12:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Implantação do Várzeão SEAG/COBAL até a sua conclusão. <p>A.41:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Apoio à Pesca Artesanal até a aprovação do Projeto Executivo. <p>B.71:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Reforma de U.S. de 2ª Classe em Porto de Santana - Cariacica, até a sua conclusão.	<p>ACOMPANHAMENTO DOS COMPONENTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES</p> <p>A.11:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Implantação da Central de Serviços da Rede SOMAR de Abastecimentos que se encontra em fase de licitação. <p>A.30:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Assistência Técnica e Gerencial às Microempresas que se encontra em fase de execução. <p>B.71:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Implantação de U.S. de 2ª classe em Santa Teresita-Vitória, em fase de licitação do Projeto Executivo.- Encaminhamento do Projeto Executivo do Subcomponente Implantação de U.S. 3ª Classe em Maria Ortiz-Vitória, para análise do BNH.

continua

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none">- Facilitar o acesso da SEDU/MINTER, junto aos órgãos locais competentes, aos relatórios, documentos, registros e contas, em quaisquer de suas etapas, do desenvolvimento do Subprojeto AUV, para o devido acompanhamento, controle e auditoria;- Coordenar os estudos com vistas a apresentar propostas de fortalecimento das receitas próprias locais;- Registrar em contas gráficas os recursos de contrapartida local quando representados por bens ou serviços;- Fazer a prestação de contas do Subprojeto AUV em todas as suas etapas, consolidando as prestações de contas de cada Componente e Subcomponente feitas pelas Unidades Executoras;- Requisitar e admitir pessoal.			<ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Implantação de C.S. em Santa Rita-Vila Velha, em fase de licitação para o Projeto Executivo.- Análise na UAS do Projeto Executivo do Subcomponente Implantação de U.S. de 3ª Classe em Vila Garrido - Vila Velha. <p>B.72.0:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento dos Subcomponentes: Ampliação, Reforma e Equipamentos das Escolas de 1ª Grau (Castelo Branco-Cariacica, Adão Benezath-Vitória, Costa e Silva-Cariacica, Jorge A. Borjaille-Vila Velha, Adolfin Zanprogno-Vila Velha, que se encontram em fase de execução.
		<p>B.72.1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Encaminhamento dos Projetos Executivos dos Subcomponentes Construção e Equipamento das Escolas de 1ª e 2ª Graus João P. da Silva e de P.Novo, ao BNH para análise.	<p>B.72.1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Construção e Equipamento da Escola de 1ª Grau Retiro Saudoso, que se encontra em fase de licitação de obra.

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
		<p>B.72.2:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aprovação dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Ampliação, Reforma e Equipamento da Escola 1ª e 2ª Graus Antonio P.Rodrigues;. Ampliação e Reforma da Escola de 1ª Grau Antônio B. de Farias;. Ampliação, Reforma e Equipamento da Escola de 1ª Grau Saturnino R.Mauro.	<p>B.72.2:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente Construção e Equipamento da Escola de 1ª Grau de Vila Garrido, cujo Projeto Executivo se encontra em fase de elaboração.
		<p>B.72.3:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conclusão do trabalho de licitação para a obra do Subcomponente Ampliação, Reforma e Equipamento da Escola de 1ª Grau Juscelino Kubistchec.	<p>B.72.3:</p> <ul style="list-style-type: none">- Supervisão do Subcomponente Construção e Equipamento da Pré-Escola Santa Teresa, em fase de elaboração do Projeto Executivo.
		<p>B.73.0:</p> <ul style="list-style-type: none">- Encaminhamento dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Implantação da Praça Pública de Porto Novo.. Implantação da Praça Pública da subida do Morro da Aparecida.. Implantação da Pça. de Esportes em P.Santana, para análise no BNH.	<p>B.73.0:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise na UAS do Projeto Executivo do Subcomponente Implantação da Praça Pública de Baixada.

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
		<p>B.73.1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Encaminhamento ao BNH para análise do Projeto Executivo do Subcomponente Implantação da Praça Pública de Vila Garrido - Vila Velha.	<p>B.73.1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Supervisão ao Projeto Executivo do Subcomponente Implantação da Praça de Esportes em Capuaba, que se encontra em fase de elaboração. <p>B.73.2:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento ao Projeto Executivo do Subcomponente Implantação da Praça Pública do Morro da Chapada-Santa Teresa, em fase de elaboração.- Acompanhamento das obras do Subcomponente Implantação da Praça Pública de Maria Ortiz-Vitória, que se encontra em fase de execução.- Supervisão à elaboração dos Projetos Executivos dos Subcomponentes: Implantação da Praça Pública de Maria Ortiz-Vitória-P.2.:<ul style="list-style-type: none">. Implantação da Praça de Esportes em Maria Ortiz.

continua

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - AUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES LIQUIDADAS
		<p>B.74.0:</p> <ul style="list-style-type: none">- Encaminhamento ao BNH para análise dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Implantação da Creche - Morro do Meio - Porto de Santana.. Implantação da Creche - Morro da Aparecida - Porto de Santana.. Implantação da Creche - Porto Novo em Porto de Santana. <p>B.74.1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Encaminhamento ao BNH para análise dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Implantação da Creche da Rodovia Cais de Capuaba I. Conceição.. Implantação da Creche - Santa Rita.. Implantação da Creche da Rod. Capuaba - Sta. Rita.- Aprovação do Projeto Executivo do Subcomponente: Implantação da Creche de Vila Garrido - Santa Rita.	<p>B.74.0:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise na UAS do Projeto Executivo do Subcomponente: Implantação da Creche R. Vale do Rio Doce - Porto de Santana. <p>B.74.2:</p> <ul style="list-style-type: none">- Supervisão ao Projeto Executivo do Subcomponente: Implantação da Creche de Santa Teresa.- Acompanhamento das obras do Subcomponente Implantação da Creche da Maria Ortiz, que se encontra em fase de execução.

continua

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
		<p>B.75:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aprovação do Projeto Executivo do Subcomponente Implantação do Centro Comunitário de Maria Ortiz em Vitória.- Encaminhamento ao BNH para análise dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Reforma e equipamento do Mov. Comunitário de Vila Garrido-Vila Velha.. Reforma e equipamento do Mov. Comunitário de Santa Rita-Vila Velha.- Aprovação dos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Reforma, ampliação e equipamento do Centro Comunitário de Alecrim - Vila Velha.. Reforma e Equipamento do Centro Comunitário da I. da Conceição-Vila Velha.- Acompanhamento do Subcomponente Equipamento do Centro Comunitário do Morro do Meio-Porto de Santana até a sua conclusão.	<p>B.75:</p> <ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento do Subcomponente: Implantação do Centro Comunitário de Santa Teresa em fase de licitação para o Projeto Executivo.- Supervisão aos Projetos Executivos dos Subcomponentes:<ul style="list-style-type: none">. Implantação do Centro Comunitário do Morro da Aparecida-Porto de Santana.. Implantação do Centro Comunitário de Porto Novo-Porto de Santana. <p>Todos em fase de elaboração.</p>

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
		<p>B.11:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovados os Projetos Executivos dos Subcomponentes: <ul style="list-style-type: none"> . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Santa Teresa-Vitória. . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Maria Ortiz-Vitória. . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto de Santana. . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Santa Rita-Vila Velha. 	<p>B.11:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em processo de licitação para obras os subcomponentes: <ul style="list-style-type: none"> . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Santa Teresa-Vitória. . Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Maria Ortiz-Vitória.
		<p>B.40.0:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do Subcomponente Melhoria da Rodovia Carlos Lindemberg até a sua conclusão. 	<p>B.40.0:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento das obras do Subcomponente Melhoria da Rodovia José Sette que se encontram em execução.
		<p>B.41.0:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento ao BNH para análise, o Projeto Executivo do Subcomponente: Implantação de Melhorias Urbanas em Porto de Santana. 	

Continuação

PROJETO CPM/BIRD - SUBPROJETO AUV

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
			B.41.2: - Supervisão ao processo de licitação de obras do Sub componente Implantação de Melhorias em Ma. Ortiz.
			B.41.3: - Supervisão ao processo de licitação de obras do Sub componente Implantação de Melhorias Urbanas em Santa Teresa.
		B.50.1: - Encaminhamento ao BNH para análise, o Projeto Executivo do Subcomponente Melhorias do Sistema de Limpeza Urbana de Vila Velha.	B.50.0: - Acompanhamento às obras do Subcomponente Melhorias do Sistema de Limpeza Urbana de Cariacica que estão sendo executadas.

PROJETO B.31 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DA BACIA DO RIO ARIBIRI

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
GERAIS:			
<ul style="list-style-type: none"> - Definir o futuro da área da <u>ba</u> <u>cia</u> ainda não ocupada. - Realizar estudos que sirvam de embasamento para <u>instru</u> <u>mentos</u> legais de intervenção nas áreas da <u>ba</u> <u>cia</u> e no município de Vila Velha, ocupadas e não ocupadas. - Realizar estudos específicos na área de urbanismo e <u>engenharia</u> <u>ambiental</u>. 	<p>I. Estudos Básicos. II. Urbanização da Ilha de Santa Rita.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos <u>bási</u> <u>cos</u>. - Elaboração do projeto e apresentação à <u>população</u> e <u>prefeitura</u>. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos hidrológicos na <u>ba</u> <u>cia</u>. - Realizar estudos visando definir a <u>área</u> possível de ser ocupada e as condições mínimas a serem <u>sa</u> <u>tisfeitas</u> pela ocupação. 	<p>III. Drenagem Pluvial e <u>Es</u> <u>gotos</u> Sanitários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projeto e apresentação à <u>população</u> e <u>prefeitura</u>. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar anteprojeto de <u>macro</u> <u>drenagem</u> pluvial e de <u>esgotos</u> <u>sa</u> <u>nitários</u> na área atualmente e na área a ser ocupada. - Elaborar projeto executivo de <u>mi</u> <u>cro</u>-drenagem e <u>esgotamento</u> <u>saní</u> <u>tário</u> da <u>ba</u> <u>cia</u> que não sofrerão intervenção dentro do CPM/BIRD (Santa Rita e arredores), pois os projetos executivos de <u>drena</u> <u>gem</u> e <u>esgotos</u> do aglomerado de 			

Continuação

PROJETO B.31 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DA BACIA DO RIO ARIBIRI

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>Santa Rita serão elaborados dentro do Componente de regularização física de Santa Rita.</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar anteprojeto do sistema viário básico a ser implantado na área ocupada e não ocupada da bacia.- Elaborar um levantamento detalhado da propriedade da posse da terra ocupada.- Realizar projetos executivos de coleta de lixo nos morros da bacia.	<p>IV. Sistema Viário Básico.</p> <p>V. Uso do Solo</p> <p>VI. Coleta de Lixo nos Morros.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Realização do Projeto e apresentação à Prefeitura e população.- Elaboração do estudo com de finição de 4 modelos de assentamento urbano.- Elaboração do projeto e entrega à prefeitura.	<ul style="list-style-type: none">- O Projeto B.31 foi concluído.

PROJETO B.60 - LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA, LOTES URBANIZADOS E MELHORIAS DAS HABITAÇÕES DE PORTO DE SANTANA, SANTA RITA, MARIA ORTIZ E SANTA TEREZA

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a efetiva posse e propriedade, através da legalização fundiária a todos os moradores que foram cadastrados nas áreas de intervenção do Projeto. - Melhorar os padrões de vida e higiene da população das áreas de intervenção. - Dotar de uma infra-estrutura mínima as unidades domiciliares cadastradas, contribuindo desta forma para que o poder público consiga reduzir e amenizar os índices de carência de serviços básicos nos municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha. 	<p>META I: Legalização Fundiária.</p> <p>META II: Desapropriação em Santa Tereza</p> <p>META III: Lotes Urbanizados em Maria Ortiz</p> <p>META IV: Cadastro Físico.</p> <p>META V: Cadastro Documental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cabe a Prefeitura Municipal de Vitória a realizar a etapa. Neste sentido, foram feitas cinco reuniões com a equipe de legalização da Prefeitura. - Assessorar a Prefeitura na tarefa. - Assessorar a Prefeitura - Cadastro físico e documental de Maria Ortiz e Santa Tereza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro físico e documental de Porto de Santana. - Previsão de iniciar cadastro físico e documental de S.Rita em janeiro/85.

Continuação

B.60 - LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA, LOTES URBANIZADOS E MELHORIAS DAS HABITAÇÕES DE PORTO DE SANTANA, SANTA RITA, MARIA ORTIZ E SANTA TEREZA

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
	META VI: Ligação Interna de Água.		
	META VII: Ligação Interna de Esgoto		
	META VIII: Cabines Sanitárias com Ligação Interna de Esgoto		
	META IX: Indenização de Imóveis Alugados.		

PROJETO C.40 - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA CARIACICA

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Elaborar uma Política de Desenvolvimento Urbano e Instrumentos de Ação para subsidiar a ação do Município de Cariacica, visando o desenvolvimento de suas potencialidades sociais-econômicas e urbanas.</p>	<p>1. Estudos Básicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudo Básico do Uso do Solo - Estudo Básico Sócio-Econômico - Estudo Básico de Estrutura Administrativa/Modernização - Estudo Básico da População. <p>2. Quadro Geral do Município.</p> <p>3. Formulação das Políticas Setoriais.</p> <p>4. Elaboração de Legislação.</p>	<p>- Realização dos seguintes estudos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Estudo Básico de Uso do Solo . Estudo Básico Sócio-Econômico . Estudo Básico da População <p>OBS: Os Estudos Básicos de Estrutura Administrativa / Modernização foi incorporado ao Projeto "Administração/Modernização" que não chegou a se concretizar.</p> <p>- Diagnóstico com quadro analítico atual do Município de Cariacica.</p> <p>- Minuta dos Objetivos Gerais e Específicos da Política de Desenvolvimento Urbano de Cariacica.</p>	<p>- Preparação de seminário interno, a nível de IJSN, para discussão da Minuta dos Objetivos Gerais e Específicos da Política de Desenvolvimento Urbano de Cariacica, envolvendo equipes afins.</p>

AGLURB

O Projeto para Aglomerações Urbanas - AGLURB, promovido através de Convênio operacional com a EBTU visa a realização de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos ligadas ao sistema de transportes coletivos da Grande Vitória, bem como a reformulação de aspectos operacionais e gerenciais, visando a melhoria dos padrões de conforto, segurança e confiabilidade dos transportes públicos de passageiros. As principais diretrizes são emanadas do Plano de Transportes Coletivos da Grande Vitória - TRANSCOL, concluído em meados do corrente ano.

TRANSCOL - PLANO DE TRANSPORTES COLETIVO DA GRANDE VITÓRIA

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Definição de uma política de transportes coletivos para a Aglomeração da Grande Vitória, considerando a evolução da demanda a médio e longo prazos, em função das perspectivas de desenvolvimento urbano da região e das diretrizes para racionalização dos transportes urbanos no país, a nível nacional. - Proposição de medidas de implantação, a curto prazo, visando obter melhor coordenação dos diversos agentes públicos envolvidos no planejamento, implantação e operação do sistema de transporte coletivo urbano da Aglomeração Urbana da Grande Vitória. - Desenvolvimento de um conjunto de projetos, para implantação, a curto, médio prazos, visando a melhoria das condições de transporte coletivo da Aglomeração da Grande Vitória. 	<p>I. Levantamento de Dados.</p> <p>II. Diagnóstico da Situação Atual.</p> <p>III. Identificação de Alternativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas de: Origem/Destino, Velocidade/Retardamento, Consumo de Combustível, Terminais, Contagem Volumétrica de Tráfego, Ônibus Fretados, Cadastro do Sistema Viário. - Elaboração de relatórios parciais de pesquisa Origem/Destino, Pesquisa Terminais, Pesquisa Combustível, Pesquisa Velocidade/Retardamento, Pesquisa Contagem de Tráfego, Pesquisa Ônibus Fretados e Cadastro do Sistema Viário. - Diagnósticos da área institucional, da área de uso do solo, da área de emprego e renda, do sistema de transporte coletivo. - Estudo de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo no Município da Serra. - Seminário Interno do IJSJN. - Levantamento e tratamento dos dados para cálculo da tarifa e estudo da metodologia a ser adotada (Apoio ao Conselho de Administração do DETRAN-ES). 	

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
	<p>IV. Elaboração do Anteprojeto do Sistema de Transporte Coletivo Proposto para a Grande Vitória.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo da legislação, visando a implantação do projeto na Serra. - Estudos das ligações viárias entre Serra e Vitória. - Elaboração do Relatório Preliminar do Projeto AGLURB/Grande Vitória. - Concepção básica do sistema troncal-alimentador de linhas de ônibus. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração dos anteprojetos dos componentes do Sistema de Transportes Público de Passageiros da Grande Vitória incluídos no Projeto AGLURB. - Definição da rede de transporte coletivo da Grande Vitória. - Definição da política tarifária para o sistema de transporte público de passageiros da Grande Vitória. - Definição dos anteprojetos de melhorias físicas (terminais, corredores de transporte coletivo e vias alimentadoras). - Definição do anteprojeto do sistema de comunicação visual e informação ao público. - Definição do programa de implantação do sistema proposto.

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Capacitar os Setores de Operação dos Transportes Coletivos.</p>	<p>I. Capacitação para Setor de Operação de Transporte Coletivo.</p>	<p>- Elaboração de fichas técnicas dos seguintes subprojetos ou cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Poder Concedente: <ul style="list-style-type: none"> a) Curso de Engenharia de Tráfego; b) Treinamento para Fiscais do Poder Concedente; c) Treinamento para Operadores de Terminais; d) Treinamento para Monitores Cia. de Trânsito; e) Estágios técnicos e participação em cursos; f) Treinamento de Monitores de auxiliares Operacionais. . Empresas Operadoras: <ul style="list-style-type: none"> a) Seminário para Empresários das empresas operadoras; b) Seminário para administradores das empresas operadoras; c) Treinamento para Motoristas; d) Treinamento para Cobradores; e) Treinamento para Despachantes. 	

Continuação

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Capacitar o Setor de Transporte Hidroviário.</p>	<p>II. Capacitação para o Setor de Transporte Hidroviário.</p>	<p>- Elaboração de fichas técnicas dos seguintes subprojetos ou cursos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Treinamento para tripulantes de embarcações;b) Treinamento para pessoal de manutenção de embarcações.	
<p>- Educar e incentivar a participação comunitária nas ações do Programa AGLURB.</p>	<p>III. Educação e Participação Comunitária.</p>	<p>- Elaboração da ficha técnica do Subprojeto "Educação e Participação Comunitária".</p>	

UNIDADE DE GERÊNCIA

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Gerenciar, coordenar e supervisionar as obras, serviços e atividades ligadas à execução do Programa AGLURB da Grande Vitória.</p>	<p>- Implantação e execução do Projeto AGLURB na Grande Vitória.</p>		<p>- Terá início sua instalação nos próximos dias.</p>

TREINAMENTO DE GERÊNCIA DO PODER CONCEDENTE

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Dotar o Órgão de Gerência de <u>Pes</u>soal técnico capacitado para gerir o Sistema de Transporte da Grande Vitória.</p>	<p>I. Programação de Serviço. II. Concessão/missão. III. Administração Tarifária. IV. Controle e Fiscalização. V. Sistema de Informações. VI. Participação Comunitária/ Informação ao Usuário. VII. Administração de <u>Termi</u>nais.</p>		<p>- Terá início em 1985.</p>

MONITORAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO AGLURB

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES LEM DESENVOLVIDAS
<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar e corrigir os projetos do Programa AGLURB. - Avaliar os parâmetros e conceitos que orientam a elaboração. - Documentar e verificar os efeitos esperados nos parâmetros de operação dos ônibus e do tráfego em funções das intervenções introduzidas no sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> I. Coleta e análise de informações disponíveis sobre a situação antes; II. Preparação do Plano de Monitoração; III. Realização do Relatório de Base; IV. Realização de Pesquisas, tabulação de dados e observações complementares sobre a situação depois; V. Análise comparativa entre as situações antes e depois; VI. Elaboração de Relatórios. 		<ul style="list-style-type: none"> - Terá início em 1985.

PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA - PDTU

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formular um plano de transporte para o Aglomerado Urbano da Grande Vitória, apresentando as diretrizes para o desenvolvimento e implantação dos sistemas de transportes urbanos, em função das características sócio-econômicas da população e das características de uso do solo da área urbana. <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um sistema de circulação urbana a curto e médio prazo, dando tratamento preferencial para os coletivos em corredores de reconhecida importância. - Adotar uma política racional de estacionamento, especialmente nos centros de animação e ao longo dos corredores. - Criar conexões para pedestres e ciclovias com o transporte coletivo e acessos a indústrias e escolas. - Adotar critérios para operação dos transportes de carga, principalmente nas áreas centrais. - Suprir as deficiências no Campo Institucional e Organizacional. 	<ol style="list-style-type: none"> I. Coleta de Dados. II. Análise das Informações. III. Projeção de Variáveis. IV. Projeção de Viagens. V. Concepção de Alternativas. VI. Desenvolvimento de Planos Alternativos. VII. Teste de Alternativas VIII. Avaliação das Alternativas. IX. Análise de sensibilidade. X. Relatório. 		<p>- Terá início em 1985.</p>

APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Em atendimento às solicitações dos municípios de Ibiragu, Aracruz, Santa Leopoldina, Marilândia, Baixo Guandu, Piúma e outros, foi criado, em dezembro de 1983, o Grupo de Assessoramento às Prefeituras para Elaboração de Cadastro - GAPEC - como forma de sistematizar o apoio do IJSN às Prefeituras no registro dos fatos reais relativos à concentração urbana. O Cadastro, seja imobiliário ou sócio-econômico, é o instrumento básico para a dinâmica processual em qualquer sistema integrado de planejamento, a nível municipal, com problemática predominantemente urbana.

PROJETO GAPEC - GRUPO DE ASSESSORAMENTO ÀS PREFEITURAS PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar e supervisionar a montagem de cadastro. - Formar e treinar equipes para executar, implantar, operar e manter atualizado o Cadastro. - Aperfeiçoar o projeto de implantação de Cadastro Imobiliário. - Geração de empregos nos municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de uma equipe multidisciplinar denominada "Grupo de Assessoramento às Prefeituras para Elaboração de Cadastro: GAPEC". 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento de atualização cadastral, recrutamento, seleção, treinamento, implantação dos trabalhos, estudo e elaboração da planta de valores do município, em Ibiracú. - Planejamento, recrutamento, seleção, treinamento em Aracruz. - Acompanhamento na elaboração da base Cartográfica de Santa Maria de Jetibá, foi elaborado o Planejamento para a Atualização Cadastral no município de Santa Leopoldina. - Elaboração de um orçamento para execução de serviços de levantamento topográfico visando a elaboração da base cartográfica do distrito sede de Pedro Canário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os trabalhos em Ibiracú em fase de conclusão e em articulação com a PRODEST no que diz respeito ao processo. - Acompanhamento aos municípios de Aracruz e Santa Leopoldina. - Contatos com o prefeito de Marilândia no sentido de oferecer assessoria aos cursos humanos, disponíveis no setor de Cadastro Imobiliário, visando uma melhor qualidade na manutenção dos mesmos, bem como aproveitar a oportunidade para promover alguns ajustes do ponto de vista da atualização cadastral. - Estudo do planejamento de Cadastro, em Pedro Canário.

continua

Continuação

PROJETO GAPEC

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
-----------	--------------	--------------------------	-------------------------------

- Em Nova Venécia:

- . Elaboração da Planta de Valores.
- . Treinamento de equipes para cadastramento imobiliário para áreas não cadastrais.
- . Fiscalização dos trabalhos de campo quanto ao cadastramento.

ATIVIDADES DE APOIO

BIBLIOTECA/DOCUMENTAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<p>- Manter atualizado o Acervo Bibliográfico, especialmente nas áreas de atuação do Instituto, de forma a permitir o permanente aprimoramento de seu pessoal técnico, colocando à disposição o acervo existente, devidamente catalogado e documentado.</p>		<p>- Registro, catalogação e classificação de 6.200 documentos.</p> <p>- Registro, indexação de 280 títulos de periódicos.</p> <p>- Arquivo, constituído de 135 pastas, com recortes de artigos de jornais.</p> <p>- Indexação de 196 documentos avulsos.</p> <p>- Indexação de 1.425 fotos e 1.221 slides.</p> <p>- Cadastro de Projetos do IJSN, constando as principais informações (título de projeto, equipe que elaborou, ano de elaboração, área geográfica de abrangência).</p> <p>- Catálogo de 62 teses acadêmicas.</p> <p>- Elaboração de Índice bibliográfico informando sobre o material registrado mensalmente na biblioteca e distribuição do mesmo aos serviços do IJSN.</p>	<p>- Registro, catalogação e classificação de documentos (atividade diária).</p> <p>- Registro, indexação de títulos de periódicos (atividade diária).</p> <p>- Arquivo diário de recortes de jornais.</p> <p>- Indexação diária de documentos avulsos.</p> <p>- Indexação diária de material especial, como fotos, slides, etc.</p> <p>- Serviço de empréstimo para usuários internos e externos (atividade diária).</p> <p>- Processos de compras de livros e assinaturas de periódicos (atividade permanente).</p> <p>- Cadastro dos Projetos do IJSN, constando as principais informações (título do projeto, ano de elaboração, área geográfica de abrangência, equipe que laborou).</p>

continuação
BIBLIOTECA/DOCUMENTAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
			<ul style="list-style-type: none">- Listagem dos trabalhos elaborados por cada técnico, anexo ao cadastro dos Projetos do IJSN.- Catálogo de teses acadêmicas que servem sobre o Espírito Santo.- Elaboração mensal de índice bibliográfico e distribuição aos servidores do IJSN.- Participação na elaboração do catálogo coletivo de periódicos do Estado do Espírito Santo.- Participação na elaboração do Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos. (Com base no convênio firmado com o Centro de Documentação da União Federal Fluminense).- Cooperação com a Associação Paulista de Bibliotecários na elaboração de Catálogo de Informações em Transportes Urbanos.

continua

continuação
BIBLIOTECA/DOCUMENTAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
			<ul style="list-style-type: none">- Participação nas discussões do planejamento da Base de Dados.- Orientação a estudantes, em atendimento a solicitações de professores e alunos do Curso de Biblioteconomia da UFES.

A.1. ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer canais de comunicação, dentro e fora da Instituição, em consonância com as políticas e diretrizes da área de comunicação, emanadas pela estrutura de Governo. - Aproveitar o Conceito e o acesso da Instituição junto aos demais órgãos governamentais, de planejamento e comunitários para divulgar as realizações do Instituto Jones dos Santos Neves. - Gerar um clima de confiança, credibilidade e respeito por parte da comunidade onde o Instituto Jones dos Santos Neves atua. 	<p>PROGRAMAÇÃO VISUAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carteirinha Funcional dos Servidores do IJSN. - Capas de estudos em andamento no IJSN. - Criação de Folder sobre o IJSN. - Folder COPLAN - Restauração do Mosaico visual da Grande Vitória em quadros doados pela SEDUC, recuperando as fotos e modificando os textos e legendas para fixação dos quadros em salas do prédio do IJSN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programação visual e arte-final, fotolitagem. - Elaboração de Lay-Out e arte-final dos documentos: <ul style="list-style-type: none"> . Programa Habitacional para Comunidades Carentes; . Índice Bibliográfico. Arte-final do Catálogo de Teses. - Redação de texto básico e programação visual do Lay-Out. - Divulgação do curso sobre Técnica Orçamentária Municipal, Diagramação, Montagem, Arte-final, Fotolitagem e Impressão Gráfica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em fase de impressão gráfica. - Exame do texto final e aprovação do Lay-Out. - Fixação dos textos de restauração na moldura dos quadros.

continuação

A.1. ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação da base cartográfica da Grande Vitória para a escala de 1:500, visando embasar estudos do TRANSCOL <p>PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS:</p> <ul style="list-style-type: none">- Referências acerca da produção técnica do IJSN, centrando numa relação os documentos, produzido até hoje pelo Órgão. <p>"O IJSN hoje".</p> <ul style="list-style-type: none">- Explanação acerca dos motivos que justificam o IJSN e suas principais atividades atuais.- Perspectivas operacionais da programação de atividades, com vistas a melhor orientar as atividades a curto e médio prazos.- Sinopse do conteúdo discutido durante o Seminário de exposição pela Coordenação Técnica, em 14 de maio.		<ul style="list-style-type: none">- Confeção das matrizes. <ul style="list-style-type: none">- Definição da nominata texto final junto à Coordenação Técnica. <ul style="list-style-type: none">- Conclusão do texto e avaliação das tabelas. <ul style="list-style-type: none">- Compatibilização das tabelas junto às equipes. <ul style="list-style-type: none">- A redação dos textos referentes a cada projeto, foi distribuída aos gerentes para revisões.

continua

continuação

A.1. ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS	ETAPAS/METAS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO
	<p>"Boletim Interno".</p> <ul style="list-style-type: none">- Sinótese das principais atividades em curso.- Plano de operacionalização da Revista.- Catálogo de Teses.- Revisão (Copy-Desk) de documentos.- Participação na reestruturação do IJSN.- Audiovisual sobre transportes- Apresentação em segmentos comunitários.	<ul style="list-style-type: none">- Concluído estudo de programação visual.- A partir dos dados fornecidos pela Biblioteca, as atividades abrangem: Edição, Diagramação, Montagem, Arte-final, Impressão Gráfica.- Revisão dos volumes do PDU de Cariacica concluída.- Revisão dos volumes de Colatina do PDRI em andamento.- Apresentação do audiovisual durante ENCEA, na segunda semana de agosto.- Feita nova bipagem e correção da sequência de slides.	<ul style="list-style-type: none">- Redação dos textos, e redução dos mesmos para enquadramento na escala adequada.- Texto do documento em fase de conclusão.- Conclusão do trabalho de impressão gráfica.- Discussão com Grupo de Acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e pesquisas, levados a efeito pelo Instituto Jones dos Santos Neves, apresentados nesse documento, foram resultantes da preocupação em melhor responder às demandas expressas. Estiveram eles dentro de uma cientificidade que coloca o planejamento como um apêndice da realidade, da qual é geradora e beneficiária.

Tenta-se estabelecer certas análises de meios e fins, no sentido de de terminar o curso da ação, no sentido de encarar certos valores heurísticos, díspares quando se trata de estimar as necessidades e experiências à ação. A função de planejar gera anseios no sentido de melhor aproximá-lo das ações, especialmente aquelas decorrentes da relação *racionalidade x irracionalidade, teoria x prática e técnica x política.*

